INTRODUÇÃO

Quando o Banco Popular se desmoronou de repente às primeiras horas de 7 de junho de 2017, as atenções voltaram-se naturalmente para aqueles que foram apanhados na que se tornaria uma das maiores falências bancárias jamais vistas na Europa. A televisão espanhola mostrou manifestações de clientes irados junto de sucursais encerradas por todo o país, brandindo cartazes e exigindo respostas – e prisão para os responsáveis. Os repórteres entrevistaram pensionistas em lágrimas que tinham perdido tudo no colapso: homens e mulheres de idade que haviam confiado as poupanças de toda a vida a um banco outrora aclamado como um dos mais fortes e lucrativos do mundo[1]. A imprensa financeira adotou outro ângulo, concentrando-se nos investidores obrigacionistas supostamente bem informados como a Pimco e a Anchorage Capital, que perderam centenas de milhões de dólares da noite para o dia. Por todo o mundo, fazia-se a mesma pergunta: como é que um mutuante espanhol muito conhecido, uma instituição que se orgulhava dos seus noventa anos de história, que possuía outro banco nos Estados Unidos e tinha escritórios tão longe como Xangai, Dubai e Rio de Janeiro, desaparecia de um dia para o outro?

Porém, no meio de toda a cobertura, não era mencionada a maior das baixas. Durante mais de sessenta anos, um grupo sombrio de homens que jurou levar uma vida de celibato e autoflagelação controlara secretamente o banco e aproveitara as posições que tinha no seu seio para desviar biliões de dólares. Esta é a história até aqui nunca contada do modo como esses homens sequestraram o Banco Popular e o transformaram numa máquina

de fazer dinheiro para a Opus Dei*, a controversa seita religiosa a que pertenciam, transformando este pequeno movimento religioso secreto numa das forças mais poderosas da Igreja Católica, financiando a criação de uma vasta rede de recrutamento que visava crianças e adolescentes vulneráveis e estabelecer uma testa de ponte no mundo da política norte-americana que tornasse a Opus Dei uma força secreta, mas crítica por trás da recente erosão dos direitos de reprodução e de outras liberdades cívicas. Num mundo obcecado por teorias da conspiração – do QAnon e de Bilderberg –, esta é uma história real de abuso, manipulação e ganância envolta num manto de santidade.

Fui um dos jornalistas que cobriram o colapso do Banco Popular e – como toda a gente, ao que parece agora – perderam a parte mais importante da história. Passara grande parte da década anterior a escrever sobre a crise da banca que dilacerou a Europa nos anos que se seguiram ao colapso financeiro global de 2008. O trabalho levara-me a França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal, Rússia, Espanha, Suécia e Turquia para escrever acerca das várias crises, entrevistando as pessoas que dirigiam os bancos e construindo a história através de conversas com reguladores, banqueiros centrais, advogados, investidores e pessoas vulgares. Inicialmente, cobri a história do Banco Popular quase da mesma maneira. O colapso parecia-me familiar: a história habitual de ambição sem limites, má decisão, uma crença arrogante em que os riscos estavam a ser controlados e indisponibilidade para reconhecer erros até ser demasiado tarde. Porém, quanto mais aprofundava a história, menos sentido tudo parecia fazer. Muitos aspetos da ascensão e queda do Banco Popular desafiavam qualquer explicação lógica, mesmo para um repórter financeiro experiente. Gradualmente, tornou-se claro que faltavam enormes peças do quebra-cabeças.

Mudei-me para Madrid a fim de investigar mais. Vivera lá como correspondente da Bloomberg uma década antes, noticiando a

---

* Nesta obra, Opus Dei é referida no feminino, seguindo a designação institucional, Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei (em latim, *Praelatura Sanctae Crucis et Operis Dei*). *(N. do E.)*

espetacular expansão e contração do país. Passados dez anos, a cidade parecia igual à que deixara, mas com uma diferença notável. O nome do Banco Popular, outrora presente em todos os bairros, desaparecera. O banco vangloriava-se das suas mais de duas mil sucursais espalhadas pelo país, incluindo trezentas só em Madrid, tornando quase impossível atravessar qualquer dos muitos bairros da capital espanhola sem ver o seu logótipo púrpura, reconhecível instantaneamente por milhões de espanhóis. Se o Popular desaparecera das ruas, o nome continuava, todavia, a viver nos jornais. O colapso tornara-se um lamaçal jurídico, dando origem a mais de uma centena de processos judiciais, a maioria envolvendo os trezentos mil acionistas[2] que viram os seus investimentos transformados em pó. Outros processos foram instaurados pelos credores, a quem eram devidos biliões. Conheci um por um os grupos descontentes. Ávida de qualquer cobertura da sua luta, sobretudo na imprensa internacional, toda a gente parecia ansiosa por falar.

Ou quase toda. Ausente dessas conversas esteve a parte mais afetada: o maior acionista. Enigmaticamente chamado O Sindicato, o grupo enraizava num acordo de cavalheiros da década de 1940 e controlava quase dez por cento do banco no momento do colapso[3], uma posição que no seu auge valia mais de dois biliões de dólares[4]. No entanto, algumas semanas após o colapso, a principal empresa no cerne de O Sindicato comunicava calmamente às autoridades que ia ser dissolvida. Enquanto os outros acionistas montavam uma batalha pública para recuperar o seu dinheiro, este grupo sombrio que outrora controlara o banco parecia ter a intenção de sair de cena. A minha curiosidade despertou, investiguei mais, e depressa descobri que havia muito mais a saber sobre O Sindicato do que o que estava à vista. No cerne do consórcio encontrava-se uma empresa obliquamente chamada União Europeia de Investidores que acabava por ser um ninho de bonecas russas empilhadas de maneira a esconder o verdadeiro beneficiário desta *holding* gigantesca. Cada uma das bonecas tinha um nome suficientemente inocente – Fundo de Ação Social, Instituto de Educação e Investigação, Fundação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Fundo de Cooperação Social. Todavia, quando se desempilharam as bonecas e se puseram ao lado umas das outras, surgiram semelhanças curiosas. Muitas partilhavam

os mesmos acionistas. Eram dirigidas pelo mesmo grupo de homens aparentemente intermutáveis. Chegavam a sair anualmente do banco através desta rede cem milhões de dólares.[5] Comecei a perceber a razão pela qual O Sindicato se mostrara tão ansioso por se manter em silêncio e a empresa que estava por trás dele propusera dissolver-se enquanto outros pugnavam de modo tão público por justiça: tinha um segredo.

A reportagem levou-me ao pequeno município suíço de Crans-Montana, uma luxuosa estância nos Alpes famosa pelo esqui e pelos seus residentes ultrarricos. Fui lá entrevistar Javier Valls-Taberner, que estivera mais de quarenta anos no banco, incluindo quinze como presidente, juntamente com o irmão mais velho, Luis.[6] Se alguém podia ajudar-me a chegar ao fundo do mistério do Banco Popular, achava, era ele. Javier recebeu-me à porta do seu chalé alpino com um sorriso radioso e um aperto de mão caloroso. Tivéramos um breve encontro em Madrid alguns meses antes e ele parecia genuinamente grato por eu ter vindo de tão longe para estar com ele. Concordara em passar os três dias seguintes a ser entrevistado acerca do seu tempo no banco.

Era claro desde o início que venerava Luis, falecido anos antes. Brindou-me com histórias da juventude – sobre terem-se vestido de camponeses para escapar da Barcelona dilacerada pela guerra, o exílio em Itália e a morte do pai, um político muito respeitado. Com oitenta e nove anos, a sua voz era fraca e a saúde estava em declínio após o recente diagnóstico de uma doença rara no sangue. Todavia, os seus olhos brilhavam ao recordar como ele e o irmão tinham transformado o Popular – um banco regional pacato, apenas com meia dúzia de balcões – num ator global. Os dois irmãos eram muito diferentes: enquanto Luis se tornara um membro devoto da Opus Dei, uma seita conservadora católica, que jurara uma vida de castidade, pobreza e obediência, Javier era bem conhecido nos círculos reservados da banca de Madrid como um *bon vivant* que gostava de viajar, de boa comida, de bom vinho e… de uma boa festa. «Tinham alcunhas para ambos» – disse-me Javier, no meio de uma risada. «Chamavam-nos *Opus Dei* e *Opus Night*.»

Voltámos a encontrar-nos na manhã seguinte e fomos diretos ao assunto. Acima de tudo, queria compreender o que era realmente O Sindicato. Perguntei-lhe.

– Bem, era tudo falso – disse-me Javier. – Antes, havia um verdadeiro sindicato, mas despojámo-lo de qualquer estatuto jurídico. Mais tarde, era basicamente constituído por qualquer pessoa que tivesse ações e quisesse entrar, com a única condição de votar a favor de tudo o que a administração propusesse. Éramos aos montes. Mas tratava-se de uma grande fraude porque contavam a dobrar os que integravam O Sindicato. Todos os grandes acionistas estavam envolvidos… o que significava que eram contados como investidores individuais e como membros de O Sindicato.

O que Javier me revelava correspondia a uma fraude em grande escala. Tratava-se de um conjunto de investidores que se juntava sistematicamente para virar votações importantes no banco – a fim de evitar qualquer responsabilidade na maneira como o Banco Popular era gerido. Mas porquê? Agora um velho, com a saúde em grave declínio, Javier tinha poucos escrúpulos em confessar este claro abuso de poder. Também tinha contas a ajustar. Em 2006, apenas alguns dias após a morte do irmão mais velho, fora corrido do banco sem cerimónias.[7] Após quatro décadas ao leme da instituição, era evidente que se esgotara a sua utilidade para os verdadeiros decisores. A destituição coincidiu com o súbito aparecimento da União Europeia de Investidores, a enigmática empresa que começara por me chamar a atenção quando vivia em Madrid.

– O Sindicato começou a desmoronar-se quando eles decidiram portar-se mal comigo e com o Luis, e muitas pessoas saíram – disse-me. – Então, montaram uma empresa chamada União Europeia de Investidores.

– Só um momento: quem são *eles*? – perguntei.

– Cem por cento a Opus Dei. Substituiu O Sindicato, que não era verdadeiramente um sindicato.

Javier falou-me depois sobre os últimos dias do irmão enquanto moribundo.

– Quando o Luis ficou doente e foi internado no hospital, tentaram impedir-me de o ver – recordou com os olhos vidrados. – Procuraram manter-me afastado enquanto ele ainda estava vivo porque, penso, já haveria alguma espécie de plano dentro da Opus Dei, estipulando que logo que o Luis morresse, o outro irmão sairia.

– Mas porque não queriam que o visitasse?

– Porque a Opus Dei controlava-o. Não queriam que eu lhe contasse coisas, nem que ele me contasse coisas. Já nos dois anos anteriores… notei… estava decidido… a Opus Dei tinha um plano. Controlavam tudo, mais ou menos. Acho que haviam decidido que, mal ele morresse, ficavam com tudo para eles.

– Acha que o Luis tinha consciência do que se passava?

– Não sei se tinha consciência, ou se sabia e não podia dizer nada.

A memória dos últimos dias do irmão e da sua demissão do banco era dolorosa para Javier. Disse-me que, na altura, não podia deixar de pensar em Roberto Calvi, o banqueiro que fora assassinado no início da década de 1980 às mãos de pessoas próximas da Opus Dei, segundo reza a lenda. Receando pela segurança da família, decidiu deixar a Espanha, onde a organização tinha tentáculos profundos, e mudar-se para a Suíça. Da sua casa nos Alpes, observara com um misto de tristeza e de alegria pelo mal dos outros o modo como o banco que ele e o irmão tinham tornado importante se desmoronara, derrubando a teia de interesses da Opus Dei que o apunhalara pelas costas anos antes.

Embora tenha sido educado como católico romano – os avós eram da Irlanda e ele passou grande parte da infância ao cuidado de freiras numa casa de repouso para crianças doentes –, o meu pai foi-se desiludindo com a implacável fixação da Igreja na culpa, e resolveu educar os filhos com a liberdade de fazerem o seu próprio juízo moral acerca do mundo. Como resultado, eu não sabia quase nada acerca da Igreja ou da Opus Dei quando comecei a investigar o colapso do Banco Popular, mas cedo assumi como prioridade pôr-me a par. Li com voracidade e falei com membros atuais e antigos para tentar compreender a organização. Os primeiros contactos surpreenderam-me um pouco: segundo o que Javier me dissera acerca deles, os membros da Opus Dei que tinham trabalhado e vivido com Luis Valls-Taberner, os que acusara de manipular a doença e a morte do irmão para controlar o banco, mostraram-se amigáveis, abertos e encantados por um jornalista de Inglaterra se interessar pelo falecido banqueiro que, claramente, reverenciavam.

Houve, porém, uma coisa que achei estranha. Quase todas as conversas começavam da mesma maneira: com o membro da Opus Dei a explicar que toda a gente dentro da organização agia com total liberdade e que fosse o que fosse que algum fizesse – nos negócios, na política ou noutra coisa qualquer –, fazia-o por sua iniciativa e nada tinha que ver com a Opus Dei. Após a quarta ou a quinta vez que ouvi aquela lengalenga, perguntei a mim mesmo se os homens – e eram todos homens – tinham sido instruídos quanto ao que dizer. Cada um deles começava a debitar aquela declaração por sua iniciativa, antes mesmo de termos começado a discutir o que Luis Valls-Taberner fizera na realidade. Porque sentiriam necessidade de prefaciar a conversa com aquela exclusão de responsabilidade mesmo antes de perguntar fosse o que fosse? Mal eu sabia que tal exclusão de responsabilidade se tornaria um refrão quase constante nas minhas conversas com membros da Opus Dei nos anos seguintes.

Agora, atento a tudo o que tivesse que ver com a Opus Dei, a minha atenção foi atraída por um artigo da Associated Press acerca de um grupo de quarenta e duas mulheres da Argentina que alegavam ter sido recrutadas enquanto jovens e obrigadas a trabalhar como escravas, cozinhando, limpando e esfregando casas de banho sem remuneração. Tinham apresentado uma queixa ao Vaticano por alegada exploração de mão de obra, abuso de poder e de consciência. Exigiam compensação financeira, reconhecimento do seu sofrimento, medidas disciplinares para os responsáveis e um pedido oficial de desculpa da Opus Dei. Ainda que obviamente tivesse pena das mulheres, a história parecia não ter relação com a minha investigação. Porém, tudo isso mudou numa visita posterior aos arquivos do Banco Popular, que tinham caído nas mãos de um banco rival que comprara os ativos do Popular após o seu colapso. Foi a minha terceira visita ao arquivo, localizado num parque empresarial junto a uma estrada costeira do Norte de Espanha, desde que obtivera acesso, no ano anterior. Enquanto vasculhava pilhas de caixas, dei por acaso com um arquivo «não oficial» que estava bastante afastado do resto do acervo do Popular e fora descoberto numa mansão nas montanhas perto de Madrid que pertencera ao banco e onde Luis Valls-Taberner vivera. Soube que fora mandado um arquivista à mansão

para recuperar aquele acervo «desgarrado» e providenciar o respetivo transporte, o qual descobriu que estivera lá alguém antes dele a expurgar o misterioso esconderijo. Fora, porém, um trabalho feito à pressa, e o arquivista disse-me que, enterrados nas pilhas e pilhas de resmas aparentemente desorganizadas de papel, talvez houvesse documentos que me interessassem.

Durante três dias, vasculhei aquelas resmas. No último dia – nessa tarde, devia regressar a Londres –, descobri um volumoso documento com as palavras «Balanço da Cooperação Internacional» na capa.[8] O relatório ligava o banco a mais de sessenta empresas aparentemente inócuas de todo o mundo, incluindo uma associada à alegada escravização das quarenta e duas mulheres na Argentina.[9] No fim da década de 1980 e princípio da de 1990, tinham sido mandadas dezenas de milhões de dólares para os quatro cantos do mundo com os registos das transações mantidos separados dos arquivos oficiais do Banco Popular e aparentemente haviam passado despercebidos àqueles que foram mandados expurgar o esconderijo oculto. Quando verifiquei quem constava da lista de recetores em países que incluíam a Austrália, os Camarões, a Irlanda, a Nigéria e as Filipinas, descobri que essas empresas exploravam «escolas profissionais» semelhantes às implicadas no escândalo da Argentina. Essas escolas recrutavam raparigas que viviam nalguns dos países mais pobres do mundo para uma vida de servidão. Tropeçara numa vasta operação para prender essas raparigas e traficá-las depois a fim de trabalharem ao serviço da Opus Dei nos quatro cantos do mundo, tudo financiado pelo Banco Popular. Em visitas subsequentes, encontrei outras peças do quebra-cabeças – registos de milhões de dólares canalizados através de uma das subsidiárias do banco na Suíça para contas no Panamá, no Liechtenstein e em Curaçau, paraísos *offshore* para o segredo e a lavagem de dinheiro que eram controlados por altas figuras da Opus Dei nos Estados Unidos, no México e noutros países. Cedo percebi que a história incluía muito mais do que um banco espanhol. Ali estava uma rede de dimensão oculta que fora usada para catapultar a Opus Dei para a cena global. As ramificações estender-se-iam profundamente ao interior do Vaticano, ao mundo da política norte-americana e… ao súbito desaparecimento de um homem cinquenta anos antes.

*

Na manhã de 20 de maio de 2023, o padre Charles Trullols liderava orgulhosamente a congregação do Catholic Information Center pelas ruas de Washington DC, na primeira do que ele previa ser uma tradição anual de uma procissão eucarística no coração da capital da nação. Elegantemente vestido com os paramentos reservados a dias de festa, o padre espanhol olhava fixamente para a custódia de ouro que transportava à sua frente ao longo da Rua K por cima de pétalas que tinham sido espalhadas pelo passeio, ladeado por sacerdotes e acólitos que seguravam um pálio branco por cima dele. Trullols via a procissão como uma expressão de fé e um lembrete da presença de Deus, mesmo naquela cidade ímpia. «Tenho absoluta fé nas muitas graças que Deus concederá ao nosso país quando a presença real de Cristo for transportada pelas ruas de Washington», dizia. «A procissão exprimirá a nossa crença em que Jesus está a passar e a dar-nos a todos o seu amor e a sua ajuda.»

Muitos dos frequentadores da missa diária do meio-dia do Catholic Information Center – políticos, advogados e lobistas que vinham comungar durante a hora de almoço – levavam as palavras do padre Charles a peito. Quase quinhentas pessoas tinham destinado tempo do fim de semana àquela celebração especial. Enquanto percorria os mil e seiscentos metros Rua 17 abaixo, até à Connecticut Avenue e à frente da Casa Branca, a multidão seguia-o num silêncio reverente, parando para se ajoelhar e rezar em duas paragens do altar ao longo do caminho. O padre Charles dirigia as orações, pedindo a Deus que ajudasse a América.

Este era o rosto amigável, público e aceitável da Opus Dei que o padre Charles, enquanto capelão do Catholic Information Center, estava encarregado de projetar para os políticos, os advogados e os lobistas que cruzavam todos os dias as suas portas. Situada no coração da cidade – virtude celebrada na placa azul em que se vangloriava de ser o tabernáculo mais próximo da Casa Branca –, a discreta capela e livraria era uma montra da Opus Dei na capital mais poderosa da Terra. Durante trinta anos, o Catholic Information Center pregara a mesma mensagem incontroversa da organização que atraíra imensos habitantes de Washington para o seu seio. Essa mensagem – de que os católicos servem melhor a Deus

esforçando-se pela santidade em tudo o que fazem, oferecendo o seu trabalho diário e visando a excelência na vida profissional – tocara numa corda sensível entre os crentes, muitos dos quais se debatiam há muito com a questão de como viver a fé naquela cidade profundamente transacional e amoral. Membros do Congresso, juízes do Supremo Tribunal e figuras proeminentes dos mundos da finança, do direito e do jornalismo tinham sido atraídos por essa mensagem simples ao longo dos anos. O seu êxito transformara a mais ampla área metropolitana de Washington na maior comunidade da Opus Dei nos Estados Unidos – constituída por oitocentos membros e inúmeros simpatizantes.

Da Colômbia ao Japão e da Nigéria ao Sri Lanka, este é o rosto que a Opus Dei projeta para o mundo: uma aglomeração de católicos vulgares, a grande maioria dos quais casados e com filhos, que são médicos, advogados, professores inspirados para viver a fé na vida quotidiana. Mercê da legitimidade que lhe é conferida pela Igreja – a Opus Dei foi promovida ao estatuto único de prelatura pessoal pelo papa João Paulo II na década de 1980 e o seu fundador, o sacerdote espanhol Josemaría Escrivá, foi canonizado e proclamado «santo da vida ordinária» duas décadas mais tarde –, a organização apresenta-se como nada mais do que um guia espiritual para membros da fé que procuram um caminho para servir Deus na vida diária. Nos sítios da *web* mantidos pela Opus Dei nos setenta e dois países em que opera[10], e na literatura distribuída pelo Catholic Information Center e por centenas de centros em todo o mundo, os testemunhos de membros sublinham a seguinte mensagem: como a organização e os ensinamentos de Escrivá os inspiraram a viver a sua fé. «A Obra, como o fiel da Opus Dei lhe chama, faz parte da Igreja e a Igreja é família e Mãe», relata um destacado membro brasileiro. «São Josemaría falou da grande família da Obra. Gosto de pensar na Obra como uma família de famílias.» A organização fala de como quase noventa mil pessoas de formações, culturas e línguas diferentes se inspiraram a seguir caminhos da Opus Dei, caminhos que supostamente foram comunicados por Deus ao fundador durante um retiro em Madrid, em outubro de 1928. Alguns dão testemunho de que, do céu, São Josemaría intercedeu para resolver problemas da sua vida quotidiana, curar doenças e inspirá-los a tornarem-se melhores católicos.

No entanto, por baixo desse verniz de profunda fé e inspiração há um submundo da organização de que poucos – mesmo entre os membros mais antigos – sabem alguma coisa. Enquanto noventa por cento[11] dos membros levam vidas cristãs respeitáveis, em casa e com a família, procurando viver a sua fé mais profundamente, no cerne da organização reside um corpo de elite com existências demasiado controladas. Tendo-se comprometido com uma vida de pobreza, castidade e obediência, esse grupo vive segundo um conjunto distópico de regras e regulamentos – um modelo orwelliano de sociedade projetado pelo fundador e escondido das autoridades do Vaticano. Os membros normais estão proibidos de ler esses documentos, fechados a sete chaves nas residências onde os celibatários residem juntos para apenas serem consultados pelos superiores, que muitas vezes abusam da autoridade para controlar a vida dos que têm a cargo. Milhares de membros[12] cumprem essa existência apertadamente controlada de oração e doutrinação, em que quase todos os movimentos são meticulosamente prescritos e vigiados, e os contactos com amigos e família são restringidos e monitorizados, e a vida pessoal e profissional sujeita aos caprichos e às necessidades do movimento.

Vivendo em comunidades fechadas, segregadas, operam como células clandestinas em quase todas as grandes cidades do mundo, seguindo um guião pormenorizado de recrutamento sub-reptício elaborado pelo fundador que visa um único fim: aumentar a influência do movimento entre os ricos e poderosos. Constantemente pressionados pelos superiores para gerar cada vez mais «vocações», esses membros são incitados a seguir um guião comum a muitos cultos religiosos para gerar mais seguidores e expandir o poder e o alcance da Opus Dei. Recrutas potenciais são visados ainda em crianças e seduzidos para amizades através de «bombardeamentos de amor» com membros que depois recolhem e trocam informação acerca dos alvos a fim de os convencer de uma «crise vocacional» e de os levar à adesão. Uma vez lá dentro, os recrutas são isolados da família e a sua vida é controlada de modo intrincado até se tornarem flexíveis e submissos, altura em que é a sua vez de recrutar mais membros.

Este corpo de elite é ajudado na sua missão por uma rede clandestina de fundações e empresas que outrora tinha o Banco

Popular no centro e canaliza milhões de dólares em todo o mundo para iniciativas que visam o recrutamento e o aprofundamento da expansão da influência da Opus Dei na sociedade. A Obra nega que controle alguma dessas redes, mas isso é ficção jurídica destinada a proteger a organização de qualquer escândalo ou consequência e a absolvê-la de toda a responsabilidade para com os milhares de indivíduos cuja vida controla e da qual abusa. Essa rede oculta de dinheiro, grande parte da qual tem que ver com a relação aconchegante da organização com o ditador Francisco Franco, permitiu à Opus Dei comprar poder e influência nos seis continentes, de Santiago a Estocolmo, de Los Angeles a Lagos, e da Cidade do México a Manila. Publicamente, está a nível oficial ligada a dezanove universidades, doze escolas de negócios, duzentas e setenta e cinco escolas básicas e secundárias, cento e sessenta escolas técnicas e de hotelaria, duzentas e vinte e oito residências universitárias e inúmeros clubes de juventude e campos de férias.[13] De forma secreta, os seus tentáculos vão muito mais fundo, penetrando no tecido da nossa sociedade supostamente secular e civil.

A Opus Dei vangloria-se de privilégios especiais de que nenhuma outra organização desfruta dentro da Igreja Católica, a qual lhe permitiu, durante anos, funcionar fora da hierarquia normal, dando-lhe uma liberdade sem precedentes para operar onde quisesse, sem responder perante ninguém, a não ser o papa. Esses poderes especiais foram concedidos no início da década de 1980, quando o Vaticano estava atolado em profundos problemas financeiros e no meio de rumores turbulentos acerca do papel da Opus Dei num enorme resgate financeiro para a Santa Sé. Esses privilégios catapultaram o grupo para os escalões mais altos da Igreja Católica, legitimando-o entre os fiéis, estimulando os seus esforços de recrutamento e facilitando a canonização do fundador.

A partir da década de 1990, a Opus Dei explorou essa legitimidade para se aliar a forças conservadoras dentro da Igreja, sobretudo nos Estados Unidos. Isso abriu a porta a bilionários e ao dinheiro negro, que nos últimos anos, e em especial após o colapso do Banco Popular, em 2017, se tornaram um meio crucial para a Obra sustentar essa rede oculta. Com toda a conversa de fidelidade ao Vaticano, à Igreja e aos ensinamentos de Jesus Cristo,

a Opus Dei não parece preocupada com o facto de muitas das forças conservadoras que hoje abraça nos Estados Unidos serem abertamente hostis ao papa, chegando a minar a sua autoridade e conspirar contra ele. É que o verniz apresentado à maioria dos seus membros, de que defende a doutrina da Igreja e oferece orientação espiritual para os católicos viverem a sua fé, é falso. As principais coisas que movem a Opus Dei são a veneração quase culto do fundador e a própria expansão. Os seus métodos e práticas corromperam até a perspetiva da própria liderança, que se revelou constantemente indisponível para reformar e incapaz de o fazer, mesmo face à prova incontroversa de abuso e coerção nas suas fileiras. A Obra é um perigo para si mesma, para os membros, para a Igreja e… para o mundo.

Durante décadas, a organização operou com efetiva impunidade, mas há sinais de que o caminho se estreita. Em julho de 2022, o papa Francisco fez a primeira tentativa de tomar as rédeas da organização através de um *motu proprio*. Na realidade, um decreto pessoal que fazia descer a organização na hierarquia da Igreja e a encarregava de «atualizar» os seus estatutos. Na altura, poucos se aperceberam, mas esta foi uma maneira delicada de dizer à Opus Dei que pusesse ordem na casa. Como não reagiu, Francisco emitiu um segundo *motu proprio*, cortando a autoridade da organização sobre os seus membros e preparando o terreno para a intervenção direta do Vaticano se não se reformasse. Aproxima-se uma luta feroz entre a Opus Dei e as forças progressistas da Igreja Católica.

A Opus traça as origens desta seita religiosa secreta desafiando a sua história oficial e ligando a sua ascensão ao sequestro do Banco Popular. No centro dessa história está Luis Valls-Taberner, um proeminente financeiro espanhol ainda considerado por muitos um dos maiores banqueiros da sua geração. Como o homem que dirigiu o Popular durante quase cinquenta anos, até à sua morte, em 2006, é-lhe atribuída a transformação do banco de pequeno ator com apenas um punhado de balcões num potentado global que gozava do respeito dos seus pares. Mas também era um homem com uma vida dupla. De dia, cultivava cuidadosamente a imagem de magnata, corte montada no seu opulento gabinete

do último andar. À noite, retirava-se para o seu quarto acanhado na casa da Opus Dei às portas de Madrid, onde despia o fato de homem de negócios e envergava roupa informal, prendendo um cilício – um pequeno cinto com picos – à coxa para lhe lembrar o sofrimento de Cristo. Ali, pensava na maneira de defraudar o próprio banco e os acionistas que supostamente servia, dirigindo uma rede de empresas que canalizava biliões de Espanha para contas *offshore* e para operações da Opus Dei em todo o mundo.

Este livro oferece uma janela para o interior do movimento, para as suas técnicas predadoras de recrutamento, para o abuso psicológico exercido sobre os membros e para o controlo da sua vida diária. Explora as práticas medievais de autoflagelação corporal que os membros são instruídos a praticar, bem como os ritos e rituais diários, desde duches frios até dormir em cima de tábuas, que ainda observam hoje em dia. Também lança uma nova luz sobre a canonização apressada do fundador, apesar da enorme resistência de muitos dentro da Igreja.

Mas esta não é apenas uma história sobre o passado. O livro também explora o vasto império que a Opus Dei controla atualmente. Em Nova Iorque, Murray Hill Place suscita dezassete histórias da esquina da Lexington Avenue com a Rua 34. Não há qualquer sinal no edifício de tijolo vermelho e calcário, apenas uma entrada discreta em cada uma das duas ruas adjacentes, uma para homens e outra para mulheres, que não podem misturar-se no interior. Por trás das paredes desse edifício discreto funciona uma máquina bem oleada de lavagens de cérebro: isolados da família, dezenas de jovens recrutas são sujeitos a um horário extenuante de oração, introspeção e autoflagelação corporal. Os que têm graus universitários são incitados a procurar empregos bem remunerados no direito e na finança, e a entregar tudo o que ganharem à ordem. Normalmente, não são admitidos homens com menos estudos, embora a organização recrute mulheres com menos formação, algumas ainda adolescentes, que são empurradas para uma vida de servidão, de dias punitivos de quinze horas a fazer limpezas e a cozinhar para passarem a noite a dormir em cima de tábuas. Este cenário repete-se pelo globo fora, em Londres, Nairobi, Sydney, Tóquio e numerosas outras cidades. Esses centros residenciais são alimentados por uma rede de escolas e universidades em que se

ensinam os adolescentes a usar apenas os livros aprovados pelos sacerdotes da Opus Dei e onde jornais e revistas têm normalmente cortado o conteúdo «inapropriado». Entretanto, em Roma, os líderes do movimento vivem na opulência na palaciana Villa Tevere, onde os seguidores de São Josemaría se reúnem todos os dias ao meio-dia para rezar perante os seus restos mortais.

Finalmente, o livro levanta questões importantes sobre as forças que moldam a nossa sociedade, lançando luz sobre alguns dos atores ocultos que espreitam abaixo da superfície. A aproximação do centenário da organização proporciona uma oportunidade para reavaliar a Opus Dei, demonstrando que o culto é a pedra angular de uma conspiração da vida real.